

# **Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal**

## **Crisis, democracy and development: the semi-peripheral position of Portugal**

MANUEL CARLOS SILVA  
CICS-ICS-UM  
mcsilva@ics.uminho.pt

### INTRODUÇÃO: O PROBLEMA

Em 2008-09 pudemos assistir ao colapso dos mercados financeiros, cujas transacções operadas são altamente especulativas, calculando-se entre 5% a 10% as transacções relacionadas com a economia real. Esta situação reflectiu a conjugação da especulação financeira e o colaboracionismo institucional político-estatal na eclosão de bolhas nomeadamente a imobiliária. Não foi por acaso que foram os próprios Estados que vieram em socorro dos bancos, o que representou uma transferência de dinheiro dos contribuintes para privados e uma sobrecarga da dívida pública. Em Portugal, por exemplo, o Banco Português de Negócios, para o qual o Estado disponibilizou mais de 3.500 milhões de euros, foi revendido a um banco privado por 40 milhões de euros.

Com os programas sucessivos de austeridade, há uma diminuição de procura de bens e uma diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) e, conseqüentemente, uma redução de receitas fiscais, ao mesmo tempo que aumentam as dívidas privada e pública. Neste quadro emerge a questão: de que modo Portugal, como outros países do Sul da Europa, podem sair deste impasse e potenciar o desenvolvimento? Será questão de simples ajustamento, prorrogação do tempo de pagamento da dívida ou renegociação e diminuição da própria dívida? Ou impõe-se uma ruptura mais profunda?

Os economistas convencionais, assumindo como fatal e irreversível a actual globalização, vêm hoje falar da crise como um fenómeno inelutável, transcendente às vontades ou à própria condição humana. O termo crise banalizou-se mas nem por isso deixam de ser marcantes os seus impactos, assim como dramáticos e devastadores os seus efeitos para determinadas classes e grupos sociais sobretudo os mais desprovidos.

Assumindo a crise como uma inevitabilidade, raramente os arautos do actual sistema se detêm sobre as causas da crise ou, quando muito, fixam-se em aspectos secundários, ainda

que reais. Uns avançam a falta de liderança à altura, passando pelas ineficiências de gestão ou desperdícios dos Estados, até à desgastada tese de «as populações viverem acima das suas possibilidades». Outros, porém, apontam e com alguma sustentabilidade os níveis de corrupção e sobretudo a ausência de um poder regulatório a nível europeu e mundial — o que, sendo verdade, exigiria uma contenção da lógica do sistema —, a que acresceria a interferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instâncias similares como o Banco Central Europeu (BCE) e União Europeia (EU) no caso da Europa.

Os observadores e analistas de conjuntura e, em particular, os economistas da corrente dominante, além de não terem previsto a crise do alto da sua ciência económica convencional, espantam-se das proporções e dos efeitos da mesma e, passados dois anos, já gradamente apontam o novo mito da recuperação da economia para breve, designadamente no horizonte de 2013-2014. E, mesmo quando se assista à expansão e/ou retoma dos ganhos do capital, será essa evolução sinónimo de desenvolvimento e benefício para as populações? Estaremos perante uma crise conjuntural ou perante uma crise duradoura, multidimensional, sistémica? Numa palavra, qual o alcance desta crise, até onde nos pode conduzir?

Para apurar o lugar e os impactos sofridos pelos diferentes países no quadro da globalização importa ter presente, como refere Samir Amin (2002: 11 ss.), o peso relativo da força de trabalho activa e a do chamado ‘exército de reserva’. Com efeito, não obstante o desemprego ser inerente a qualquer sociedade capitalista, enquanto o capital dos países centrais designadamente nórdicos tem absorvido o grosso da força de trabalho activa, tal não acontece nos países periféricos e mesmo nos semiperiféricos como Portugal.

A recessão económica que se faz sentir em países do Sul Europeu como Portugal é denotativa de uma crise à escala global, a qual, apresentando uma geometria variável, tem provocado nos referidos países situações de desemprego maciço nomeadamente na sequência de despedimentos colectivos, falências ou encerramentos de empresas (em Portugal cerca de 25 empresas por dia). Consequentemente, verifica-se uma forte redução do poder de compra dos próprios trabalhadores assalariados e um progressivo empobrecimento de centenas de milhares de pessoas designadamente de camadas sociais mais vulneráveis, sendo calculado em 16% o desemprego e a pobreza em 20% da população. Se aos desempregados não lhes é assegurado o subsídio de desemprego a partir de certo período de tempo, há cada vez mais trabalhadores com salários em atraso ou sob ameaça de despedimento e que se vêem impossibilitados de pagar os seus compromissos nomeadamente as prestações da casa comprada mas em risco de ser aleiloadada pela banca.

Com cortes nos subsídios, pensões e salários, com a eventual quebra das margens de poupança e o congelamento do crédito, as empresas e as famílias têm cada vez maiores dificuldades de fazer face a despesas correntes.

#### CRISE, GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA

As receitas preparadas nos *think tanks* dos ideólogos neoliberais do regime, nas agências de *rating* e nas instituições supraestatais (o FMI, o BCE, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio-OMC), assim como nos corredores e gabinetes dos poderes instituídos

ou fácticos, propõem a gestão da crise, exigindo «ajustamentos estruturais». Estes “ajustamentos” destinam-se sobretudo a criar condições que permitam a expansão e a liberalização total dos mercados, a privatização das principais empresas estatatais — sobretudo quando rentáveis —, o reforço do capital financeiro especulativo e, conseqüentemente, a perda gradual de soberanias nacionais dos povos. Os efeitos traduzem-se numa degradação do nível e dos padrões de vida, agravada com a redução ou mesmo erosão de programas sociais do Estado nas últimas décadas, num correlativo fortalecimento do Estado penal e num recrudescimento de processos de militarização com invasão de países com intuitos de controlo de recursos, de perseguição e vigilância electrónica de organizações e indivíduos contestatários ou dissidentes.

A incessante inovação tecnológica — que é amiúde apresentada de modo triunfal como o motor da globalização — é obviamente susceptível de operar notáveis mudanças nas economias e nos modos de vida, mas não altera por si a estrutura básica do capitalismo, podendo mesmo, pelo contrário, reestruturá-la, reforçá-la e agravar as conseqüências sociais para as pessoas na medida em que possibilita o aumento de capital constante, a automatização eo aumento de lucros, mas não cria emprego. Em suma, as novas tecnologias não são económica e politicamente neutras ou inócuas e, nesta óptica, articulam-se com outros factores de ordem económica e jurídico-política que aplanam o próprio processo de acumulação e expansão com benefício maior dos mercados, das transnacionais e dos Estados. Neste cerco o papel dos media, largamente dominados por empresas ao serviço dos grandes interesses, prima amiúde por processos de manipulação e alienação de pessoas, como o demonstrou Ignácio Ramonet (2000).

Como noutros períodos ao longo do século XX, o sistema volta a estar em crise, o que aparentemente faz parte integrante das crises cíclicas do sistema capitalista — baixa de investimento, desemprego, baixa no consumo. Porém, após os trinta «gloriosos» anos após a II Guerra Mundial, algo novo surgiu com a crise petrolífera dos anos 70 — a manutenção de sistemas de produção débeis nalguns países e, até, seguidamente, o desmantelamento de sistemas de produção nacionais em países (semi)periféricos. Este processo viria a agravar-se desde a onda neoliberal do final dos anos ‘80 e ‘90: reestruturação da produção e divisão internacional do trabalho, novo modelo de acumulação e regulação pós-fordista, privatização de empresas e serviços públicos, circulação, desregulação e liberalização (quase) total de capitais e mercadorias com deslocalização de unidades produtivas para locais com custos de produção mais favoráveis: por exemplo, entre 1980 e 1993, 13 dentre os 16 países mais populosos do mundo liberalizaram as regras do comércio e do investimento estrangeiro e mais de 50 países do Terceiro Mundo criaram mercados de capitais (Farrel e Hirsch *in* Went 1996: 10). As repercussões e sintomas fizeram-se sentir no Japão, na Rússia e na América Latina, a saber, no México, no Brasil e, posteriormente, na Argentina e no Equador. A partir daí e sobretudo com a implosão do contrapeso da União Soviética face aos Estados Unidos, encontramos-nos perante uma situação de maior desregulação e incerteza derivada do colapso de velhos equilíbrios, ainda que instáveis, até então existentes. O lugar de cada um é definido pelo nível de competitividade no mercado mundial, assim como pela posição e pelo grau de controlo de capitais, recursos naturais, tecnológicos e militares ou meios de destruição maciça.

O incumprimento de obrigações de apoio ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, sobretudo africanos, entregues à sua sorte e às novas elites corruptas e cleptocráticas, os impasses ou incapacidades de construção de uma União Europeia não só socio-económica como política mais avançada e progressista a nível supranacional, supraestatal — federal ou confederal — devem ser vistas à luz desta regressão ou involução global.

Os economistas convencionais tendem a esquecer que as crises têm uma dimensão regional, social e ecológica. Elas têm conduzido e conduzirão a maiores desigualdades regionais e sociais, resultando numa dupla polarização: entre países e, no seio de cada um dos países, entre classes e grupos sociais. O historiador económico Maddison (1995) calcula que, enquanto em 1820 o *ratio* de desigualdade entre países mais ricos e países mais pobres era de 3:1, em 1975 passava para 15:1 e em 1998 para 19:1. Por sua vez, 20% mais ricos têm cerca de 60 vezes mais que os 20% mais pobres e 358 indivíduos têm rendimento equivalente a 45% dos países mais pobres no mundo (cf. também Wallerstein, 1990; Santos, 2001). Além disso, os movimentos especulativos do capital financeiro, empresas e governos, para além de provocarem desigualdades regionais e sociais, empreendem e permitem, não obstante as retóricas sobre o ecológico, a destruição progressiva dos ecossistemas e não respeitam a biodiversidade (fauna, flora).

Por fim, não é possível analisar a globalização de cariz neoliberal sem incidir a atenção nos seus efeitos sobre a democracia e o seu exercício nas diversas esferas da vida económica, social, cultural e política. Em termos abstractos e ahistóricos, o global por si só nem indica democracia nem falta dela, podendo apontar-se, em termos futuros, tanto um mundo de ‘escravatura global’, como de ‘liberdade global’, tal como já o haviam conjecturado Reiser e Davies (*in* Scholte 2000: 57). Porém, em vez de conjecturas, o que se torna necessário é aferir a linha dos princípios à realidade. O conceito de democracia banalizou-se ao ponto de, salvo os fascistas ou nazis confessos, todos se assumirem ou arvorarem em defensores dos valores democráticos. Porém, democracia não pode ser avaliada separadamente da justiça e da segurança sociais, pois estas três componentes devem reforçar-se umas às outras. Só quem detenha segurança no trabalho e possa aceder a determinados recursos de vária ordem, designadamente educativa, informacional e cultural, poderá estar em condições de participar de modo relativamente livre e informado nas decisões individuais e colectivas, o que não acontece com a maior parte da humanidade.

Assim, a concepção pluralista liberal (Dahl 1989) sustenta que a democracia ocorre no âmbito dos diversos Estados como resultante da soma de decisões de eleitores autónomos e livres, capazes de, através da pluralidade de partidos e outras organizações, escolherem os seus representantes. Ultimamente tem havido uma nova argumentação no campo neoliberal, afirmando que a liberalização dos diversos mercados, em especial dos mercados de capitais, comportaria uma abertura e uma democratização de todos os intervenientes. Por outro lado, sustenta-se que a onda de democratização de diversos Estados africanos, asiáticos e latino-americanos, ocorrida sobretudo desde os anos oitenta do século XX, dever-se-ia ao processo de liberalização global e, mais concretamente, à globalização de mercados livres sem qualquer restrição de ordem política ou jurídica.

Na óptica neoliberal, na base da própria democracia estaria, portanto, a democracia do mercado global. Cada cidadão, enquanto investidor ou consumidor no livre jogo do mercado,

contribuiria para a democratização não só através do voto, mas mediante planos ‘conscientes’ de poupança e de consumo, controlo de qualidade dos produtos, compra de produtos ecológicos e fabricados sob condições sociais ‘eticamente’ defensáveis, adesão ‘livre’ a lotarias (totolotos, totobolas) e programas de entretenimento televisivo (vg. *big-brother*). Os mercados financeiros seriam, portanto, saudáveis para a democracia na medida em que seriam impelidos e exercidos pelas decisões de milhões de investidores e pequenos accionistas e poupadores/credores na forma de futuros pensionistas (cf. Robertson, 1992, *The Economist*, 7-10-1995 in Went, 1996: 4).

Há um campo, onde não só neoliberais como sociais democratas e alguns críticos de esquerda depositam certas expectativas de expansão da democracia. Trata-se, como já referimos, do campo informacional e comunicacional (televisão, rádio, *internet*), gerador duma suposta «democracia electrónica». Os mecanismos de acesso do cidadão comum ao agir comunicacional na arena pública, quer como expectador, quer como participante interactivo, potenciariam, senão a inversão ou a erosão de poderes institucionais, pelo menos o desenvolvimento duma nova forma de democracia, construída, na esteira do pensamento de Habermas (1990), através da interacção comunicativa, com base na compreensão mútua e sobretudo no debate e nos processos de decisão na esfera pública.

Todos estes considerandos e observações perdem, porém, de vista que a distribuição de recursos, desde os simples meios de subsistência e reprodução, passando pelos políticos até aos comunicativos e culturais, é bem desigual e, à partida, a não realização duma democracia económica e social diminui fortemente a credibilidade científica e política da concepção neoliberal de democracia, que reduz o conceito de cidadão a simples votante e consumidor ‘livre’ e ‘consciente’, quer no seio de cada Estado, quer no âmbito supraestatal. Basta comparar as situações de privação e pobreza de dois biliões de pessoas no mundo com as somas dos investimentos e dividendos das corporações transnacionais, dos fundos de pensões, dos bancos e das companhias de seguros. Por outro lado, contrariamente ao sugerido pela visão neoliberal, os mercados e a correlativa concorrência não são garantia firme de defesa dos consumidores. Estes não têm capacidade efectiva de decisão colectiva nos contextos de afectação dos meios e nos processos de produção e circulação. Em última instância, é a concentração de capital a maior ameaça não só à democracia participativa, mas inclusivamente à livre concorrência económica e à própria democracia formal, na medida em que se encontra nas mãos de uma elite de accionistas e *managers* em condições de escapar ao controlo dos cidadãos e à própria regulação na esfera pública estatal, sobretudo em países periféricos.

A própria argumentação habermasiana em torno da nova racionalidade da acção comunicativa que se pretende fundada na base da ética da discussão e da decisão públicas é, como aliás bem o demonstrou Bader (1991), idealista ou mesmo ideológica, como o defendeu Delgado (2011) na medida em que perde de vista as diferenciadas condições concretas das classes e grupos sociais e ignora as formas de desigualdade também no espaço público. Por isso, não obstante a visão crítica e os esforços conceptuais de Habermas (1990) em torno da acção comunicativa como forma de superar os bloqueios e as ‘patologias’ da moderna racionalidade instrumental, a que se referia Weber (1978), não são suficientes para superar o fosso das desigualdades sociais entre os actores individuais ou grupos de actores colectivos.

A inexistência ou inaplicabilidade de princípios e regras democráticas é ainda mais evidente quando nos debruçamos, em particular, sobre determinadas instituições e organizações internacionais. Poder-se-ia questionar: qual o grau de capacidade de decisão e interferência dos cidadãos em agências internacionais como o FMI, a OMC, o BCE, o Banco Mundial, agências de *rating* e outras instituições, cujas decisões têm repercussões na vida dos povos? Qual o direito de escrutínio dos cidadãos anónimos sobre as decisões destas instâncias supraestatais? E a nível interestatal, porquê a grande parte dos Estados é excluída do G8 ou agora dos G20? Ou por que é que na cena política internacional se invadem países como o Iraque, em que as regras da própria ONU, enquanto expressão política, ainda que desigual e ambígua, da comunidade internacional, e o próprio Direito Internacional são unilateralmente violadas em função dos interesses estratégicos expansionistas dos Estados Unidos?

Salvo raras excepções, os povos não têm sido sequer chamados a pronunciar-se, a votar ou referendar determinadas decisões tais como o ingresso na União Europeia, a adesão à moeda única, os programas de austeridade impostos primeiro pelo FMI e agora sob a Troika (FMI, BCE e UE) sob a designação eufemística do já referido «ajustamento estrutural». Mais, os próprios Estados nacionais e seus órgãos de soberania são marginalizados em certos projectos bilaterais ou multilaterais por parte do Banco Mundial e do FMI, imbricados com multinacionais e outros actores não governamentais (GATT/OMC, OCDE) e suas incontroláveis consultadorias de peritos, redes de cientistas, corporações e ‘sindicatos’. Donde, para além das organizações patronais e sindicais nacionais, os próprios governos encontram-se limitados perante a lógica implacável dos mercados de capital e, em particular, das estratégias das transnacionais, cujas exigentes prescrições condicionam as políticas económicas estatais, limitam os poderes dos órgãos de soberania nacional e impõem um determinado código de conduta selvática a nível mundial.<sup>1</sup> Quem não se conformar com tal código, poderá não ter acesso ao capital, pagar grandes prémios de risco ou mesmo sofrer sanções internacionais. O objectivo das forças económicas transnacionais é limitar ou suprimir a soberania dos Estados, o que acaba por ser grave quando os governos se tornam cúmplices e colaboracionistas, como é o caso dalguns governos (semi)periféricos como Portugal.

Perante o actual cenário da crise global em curso e as interrogações que ele levanta, poderemos questionar-nos por que é que os problemas do desenvolvimento regional e local interligados com outros como a segurança, o ambiente ou a qualidade de vida inquietam os cidadãos como uma questão vital nas sociedades contemporâneas, nomeadamente na

---

<sup>1</sup> Código esse que Petrela (1995: 28) resume, à maneira bíblica, em seis mandamentos: «*Tu mundializarás. Esforçar-te-ás constantemente, sem parar, por inovações tecnológicas. Abaterás os teus rivais, doutro modo serás a vítima. Liberalizarás os teus mercados nacionais. Não deixarás intervir na vida económica o Estado. Privatizarás.*». Este código, produzido por uma «oligarquia internacional desterritorializada» (Cabral, 2003: 44), torna-se hoje uma espécie de imperativo económico que, de facto, condiciona fortemente os Estados-Nação. A tese da existência de um «império desterritorializado», ao qual opor-se-ia uma crescente «multidão» de movimentos sociais não controlados pelas tradicionais forças político-partidárias de esquerda, é veementemente defendida por Negri (2000), cuja fraqueza em relação à teoria do império e à erosão do Estado-Nação reside na não articulação do poder económico das corporações transnacionais com os diferentes tipos de Estados e, em particular, com os Estados-Nação hegemónicos tais como os Estados Unidos. Para uma crítica a esta concepção difusa de império, cf. Petras (2002).

Europa. Esta questão induz necessariamente a revisitar brevemente as principais correntes sobre desenvolvimento que, como é sabido, apresentam diagnósticos e soluções bem diferentes.

#### BREVE REVISITAÇÃO DAS TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Até aos 60 e de novo desde os anos 90 do século passado, tem predominado uma concepção evolucionista e linear do crescimento económico que, alimentada pela economia e pela racionalidade dominante da economia liberal desde os seus fundadores nomeadamente Smith (1937), partia do pressuposto de que o mundo caminharia para um crescente progresso, produção e consumo, em que a lei da oferta e da procura, através da chamada ‘mão invisível’, encarregar-se-ia de proporcionar um relativo equilíbrio económico e social<sup>2</sup>. As teorias liberais não só prosseguiriam na segunda metade do século XX nomeadamente através das teorias económicas do crescimento unilinear, faseado e teleológico de Rostow (1960) e da modernização na base da transferência da técnica, da mudança de mentalidades e lideranças, como tiveram suporte noutras áreas designadamente as teorias evolucionista, difusionista e assimilacionista na antropologia e na sociologia, tendo nesta como arautos Parsons (1988), Hoselitz (1982) e outros em torno das variáveis-padrão alternativas expressas nos modos de orientação dos actores numa comunidade ou sociedade tradicional *versus* uma sociedade moderna industrial, sendo de destacar a passagem de relações, normas e valores particularistas em base parental ou patrocinal (*ascription*) para outras de carácter universalista e na base do mérito (*achievement*), orientação colectiva *versus* autoorientação, difusidade *versus* especificidade de papéis, afectividade *versus* neutralidade afectiva.

Apesar da recomposição no pós II Guerra Mundial, das melhorias e conquistas sociais nos chamados trinta ‘gloriosos’ anos, a evolução do sistema mundial nomeadamente durante os séculos XIX e XX não diminuiu o fosso entre países e regiões à escala mundial, situação esta que nos anos 60 e 70 do século XX provocou, a par da resposta liberal, uma nova resposta teórica, inspirada por autores como Seers (1969), Myrdal (1970, 1974) e, mais tarde, Sen (1999), os quais não só criticaram determinados pressupostos (neo)liberais (equilíbrio, evolução teleológica) como arquitetaram uma visão alternativa reformista que fosse mais consentânea com os problemas concretos dos países e regiões subdesenvolvidas (atraso, explosão demográfica, desigualdades regionais, exclusão social, desemprego, discriminação étnica) e possibilitasse uma melhoria de condições de vida. Ora, uma tal perspectiva progressista em termos económico-sociológicos exigiria não só uma maior participação dos povos como uma acção mais interventiva, por parte dos Estados dos países em vias de desenvolvimento, uma programação institucional indicativa e realista, gradual e integrada, capaz de corrigir os enviesamentos e as distorções das regras da própria economia de mercado e, assim, superar o ‘círculo vicioso’ da pobreza e do subdesenvolvimento, o enorme

---

<sup>2</sup> A variante liberal malthusiana propunha o casamento tardio e abstinência sexual para diminuir a população face à escassez de recursos ou ainda o corte nas prestações sociais para diminuir o Estado Social e incrementar a iniciativa privada e o investimento e, deste modo, revitalizar a economia.

fosso nos níveis de formação de capital e de rendimento entre países e regiões ricas e pobres. Contrariamente à tradicional posição da ortodoxia positivista da economia convencional que, com base na distinção entre factos e valores, afirma a ciência como campo isento ou neutro de valores, estes autores consideram justamente a esfera axiológica como um dos fundamentos e objectivos da sua economia neo-institucional, distinguindo mas não separando ciência e valores, juízos de facto e juízos de valor.

Na óptica marxista, dada a contradição principal do sistema capitalista (produção social e apropriação privada) e as relações de dependência designadamente financeira e tecnológica dos países periféricos face aos países desenvolvidos, só é possível uma estratégia de desenvolvimento equilibrado, desde que socializem os meios de produção e, no quadro de uma via socialista, seja abolida a exploração da força de trabalho.

Subjacente à visão marxista acerca do desenvolvimento encontra-se a própria teoria do valor do trabalho, única fonte de riqueza (Marx 1974). O progresso tecnológico, incorporado no processo de produção, relaciona-se com o investimento, mas o investimento depende da taxa de lucro e, por sua vez, esta constitui uma parte da mais valia criada pela força de trabalho e não paga ao trabalhador mas acumulada pelo capital. As poupanças nos custos de produção só serão possíveis através da introdução e aperfeiçoamento de tecnologias mais capital-intensivas, o que exige um aumento da *ratio* capital-trabalho, em que o capital constante (equipamento, máquinas, tecnologia) aumenta mais que o capital variável (salários). Na sequência deste processo, a taxa de lucro tenderá a diminuir, a menos que a taxa de exploração cresça e/ou aumente o desemprego. Porém, a redução de salários e o aumento de desemprego geram, como foi referido, diminuição do poder de compra e, conseqüentemente, redução na procura de bens. Tal situação causará quebra crescente na produção e, em determinada fase do processo, desembocará numa depressão ou recessão económica.

Uma das conseqüências do processo de acumulação e centralização do capital a nível mundial seria a exploração e dominação dos países e regiões periféricas pelos países e regiões centrais, em que, segundo Lenine (1971)<sup>3</sup>, o imperialismo se explica a partir das contradições entre a necessidade de expansão do capitalismo e o subdesenvolvimento das regiões atrasadas, colocando-se o problema, segundo Baran e Sweezy (1973), da absorção do excedente económico e, com ela, a transferência de riqueza e capitais para os países centrais.

Na esteira da influência marxista e doutras correntes progressistas, começaram a ganhar corpo, sobretudo a partir dos anos cinquenta e sessenta do século XX, as teorias da dependência (Prebisch, 1963; Furtado, 1961; Frank, 1961, 1979; Cardoso e Falleto, 1970) e do centro-periferia (Wallerstein, 1990), as quais refutam as teorias liberais e os postulados parsonianos sobre as variáveis-padrão. As teorias da dependência, imbricadas e sustentadas em estudos concretos designadamente em países da América Latina, sustentavam que as causas do subdesenvolvimento dos países e regiões periféricas estavam estreitamente interligadas

---

<sup>3</sup> A situação de exploração e dominação agravar-se-á na fase imperialista, cuja intensificação, na perspectiva de Rosa Luxemburgo (1967), seria inerente à lógica do capitalismo e, na de Lenine (1971), seria uma fase superior do desenvolvimento do capitalismo, a qual implicará a formação de monopólios, fusão do capital bancário e industrial, exportação de mercadorias e de capital, divisão territorial do mundo com o avanço e o domínio dalguns países e regiões situadas no centro sobre outras situadas na periferia, mantidas em atraso e dependência.

com o desenvolvimento dos países do centro desde a época da colonização ocidental, ou seja, a partir da expansão do capitalismo mercantil nos séculos XV-XVI. Subdesenvolvimento não é simples falta de desenvolvimento na medida em que, tal como sustenta Frank (1961: 17 ss.), «antes de existir desenvolvimento, não existia subdesenvolvimento». Ou seja, desenvolvimento e subdesenvolvimento fazem parte dum processo histórico comum desde o século XVI, quer para os países desenvolvidos, quer para os países subdesenvolvidos, com efeitos diferenciados: vantagens e lucros para os primeiros, desvantagens e perdas para os segundos. Nesta óptica, o subdesenvolvimento está estreitamente interligado com a colonização, com o capitalismo e com o imperialismo. O capitalismo será definido por estes autores como comércio ou troca desigual baseada na divisão internacional do trabalho.

A tese da dependência de Frank e a do centro-periferia de Wallerstein seriam objecto de réplica não só por parte de autores conotados com as teorias (neo)clássicas teóricos da modernização, como, no campo marxista, por alguns autores como Laclau (1971), Arrighi (1971) e Brenner (1977). Estes autores, para além das fortes convergências com Frank e Wallerstein, não assumem a estrutura colonial-mercantil como a base única e constante da reprodução da relação metrópole-satélites, mas colocam previamente a questão da relação entre a estrutura de classes e a estrutura colonial, a qual permite fornecer a explicação para alguns fenómenos de sucesso ou fracasso na ‘descolagem’ de desenvolvimento.

Atendendo à falência do modelo neo-liberal, à inoperância do modelo neoinstitucional e à alegada utopia do modelo marxista, pelo menos a curto-médio prazo, vários autores (Sthor, 1981; Bailly, 1999: 29 ss.; Perez *et al.*, 1994) e, em Portugal, Lopes (1980), Amaro (1991) e Reis (1992, 1994) tendem a sustentar que, no quadro da actual globalização, o mais apropriado e defensável no sentido de diminuir as disparidades consistirá em potenciar o desenvolvimento local e regional e, quando muito, inter-regional, desde que haja um determinado limiar de densidade demográfica, para além da dimensão técnico-económica, institucional e humana. A aposta parte dessa diferenciação territorial e passa pela exploração das oportunidades que a complementariedade entre territórios oferece numa visão integrada, valorizando o território não só pelos seus recursos e capacidades produtivas, mas também pelas suas capacidades de inovação e de inserção no mercado global, criando redes nos territórios rurais e urbanos (cf. Giménez, 1996; Lowe *et al.*, 1997; Villasante, 1998, 1999), a fim de superar a velha dicotomia entre modelos endógenos e exógenos, e obedecendo a certos princípios: (1) o princípio da equidade territorial; (2) o princípio da equidade social; (3) o princípio do desenvolvimento durável e sustentado; (4) o princípio da responsabilidade territorial; (5) o princípio da justiça ambiental no tocante aos espaços. Em suma, segundo este modelo, o desenvolvimento passa pela mobilização das potencialidades endógenas das respectivas regiões, das comunidades associadas e pessoas envolvidas, apelando assim para um desenvolvimento pela base em espaços quer rurais quer urbanos.

#### PORTUGAL FACE À UNIÃO EUROPEIA: UM LUGAR SEMIPERIFÉRICO

Portugal, apesar dos avanços realizados entre a década de 1970 e 2010, manteve-se um país semiperiférico, cujas causas remontam ao passado mas ainda se reflectem hoje em dia e

bloqueiam o seu desenvolvimento. O antigo Portugal imperial e colonial foi-se tornando, por seu turno, um país dependente, com uma economia agrária latifundista a sul e minifundista a norte, com uma débil burguesia agrário-industrial, configurando no seu seio dois blocos que se foram digladiando ao longo do século XIX e XX: o latifundismo aliado a uma burguesia *compradore* vivendo do *export-import* e apoiado por um médio e pequeno campesinato a centro e norte mediado pela Igreja e uma nascente e reduzida burguesia industrial, suportada mas em forte tensão com um jovem operariado sobretudo na I República. Durante o *Estado Novo* solidificou-se o bloco conservador, com uma política e ideologia ruralista, passadista e anti-modernista, possibilitando algum espaço subordinado à burguesia agro-industrial na parte final do regime.

No pós 25 de Abril, dada a forte machadada na burguesia, a fracção industrial da mesma não consegue firmar-se, restaurando-se e reforçando-se, em contrapartida, a burguesia *compradore*, especulativa e financeira (comércio, banca, seguros), situação agravada pelo facto de os poderes políticos nos anos '80 e '90 não terem aproveitado os fundos estruturais para o relançamento da agricultura, das pescas e da indústria, preferindo alocar tais fundos a infra-estruturas rodoviárias, a que acresceram desperdícios nos aparelhos de Estado, fenómenos de corrupção e evasão fiscal.

Quando a crise de 2008 bate à porta, Portugal está economicamente vulnerável e não consegue fazer face ao problema, sendo obrigado *in extremis*, perante problemas agudos de insolvência, solicitar assistência financeira à conhecida Troika (FMI, BCE e EU). Mas qual o significado e as implicações deste pedido de 'ajuda'?

Antes de mais, convém desmistificar o conceito de 'ajuda', de resto já bem posto a nu por diversos autores como Fuckes (1974). As primeiras pedras do esquema de ajuda foram lançadas pelos Estados Unidos, primeiro, em direcção aos aliados europeus com o Plano Marshall (1947-52) e, seguidamente, no quadro do processo de descolonização, por parte das potências (neo) colonizadoras (Grã-Bretanha, Holanda, França) e, sobretudo, mais uma vez pelos Estados Unidos em direcção à Ásia e à África. Para além de razões ideológicas no confronto com a ex-URSS, foram motivos políticos de expansão e interesses económicos que induziram entidades e países financiadores a condicionar esquemas de colocar assistência financeira a determinadas condições estritas e sujeita a posterior controlo e verificação por parte dos países fornecedores, fazendo dos países sob ajuda uma espécie de protectorados dos países centrais.

Grécia e Portugal estão sob ameaça de perda e até, de modo incerto, de desintegração da sua soberania nacional no futuro: a recessão com desemprego e empobrecimento crescentes, a perda de credibilidade e autoridade, reforçada com atitudes de subordinação e mesmo de deferência e subserviência para com os poderes europeus, claramente visível no actual governo português, em particular perante o governo alemão de Angela Merkel.

É esta a situação em curso. Grécia e Portugal já se encontram sob o garrote da Troika — e dos interesses económico-financeiros que lhe subjazem. As receitas passam pelas seguintes medidas: (1) estabilização das contas públicas à custa de austeridade sobre os camadas mais pobres e desprotegidas (idosos, pensionistas), forte diminuição de salários das classes trabalhadoras não só as menos qualificadas como as mais qualificadas e incorrectamente designadas 'classes médias'; (2) contrarreforma das leis laborais sobretudo a flexibilização e facilitação dos despedimentos; (3) (re)privatização de empresas públicas, particularmente

as mais rentáveis e deterioração do meio ambiente; (4) crescente dependência alimentar e desregulação das actividades económicas e liberalização quase total dos mercados de capitais e do comércio no quadro da OMC; (5) descentralização de serviços e desconstrução do Estado Social e dos direitos adquiridos ao longo de décadas, atribuindo a privados funções do Estado designadamente no campo do ensino, da saúde e da segurança social (vg. idosos).

Estas receitas aplicadas à Grécia e a Portugal já foram aplicadas a outros países nos anos 80 e 90 do século passado na América Latina, levando o Tribunal Internacional dos Povos em 1993 em Tóquio a condenar estas políticas. Quer no passado, quer nos dias de hoje, estas receitas não são resultado de erros ou aberrações nas opções políticas, mas consequências da lógica do próprio sistema de acumulação e expansão capitalistas.

Do ponto de vista ideológico, os paralelismos com situações do passado mais remoto ou mais recente são, com as devidas *nuanças*, flagrantes. Se os teóricos da modernização tendiam a construir uma série de dicotomias, tendo como pano de fundo o esquema evolucionista provindo do século XIX e, em particular, a clássica distinção entre comunidades primitivas, ‘bárbaras’ ou sociedades ‘tradicionais’ e sociedades ‘modernas’, ‘civilizadas’, também hoje temos os novos arautos políticos e ideólogos do Norte-Centro Europa a desclassificar de modo etno-nortecêntrico os povos do Sul como ‘preguiçosos’, esbanjadores dos seus dinheiros como contribuintes, e até ‘porcos’<sup>4</sup>. Estão lançadas as sementes de uma crise larvar mas pervasiva e cada vez mais explícita entre o Norte e o Sul da Europa que, senão for atalhada, pode desembocar num descontrolo e até numa absurda e perigosa confrontação política, cultural e ideológica.

A justificação do modelo de ‘ajuda’ foi feita em ambas as situações (América Latina e na Europa) com base na razoabilidade, na possibilidade de implementação em tempo útil e no interesse mútuo dos países dadores e dos receptores da ajuda. Mas será mesmo assim? Ou não teremos de recorrer de novo aos instrumentos teóricos que a perspectiva marxista, da dependência e do centro-periferia nos oferece?

Tal como nos anos ‘70 e ‘80 do século XX havia países com excedentes agro-pecuários, hoje há países excedentários em moeda, nomeadamente os bancos de países nórdicos e centrais da Europa com Alemanha à cabeça, cuja estratégia passa pela exportação de capital a juros elevados mas desfavoráveis aos países (semi)periféricos. No fundo e na prática, paradoxalmente, são os países do sul que pela via da balança comercial, do pagamento de dívida privada e pública e respectivos juros usurários, são, em última instância, os exportadores de capital para os bancos mais fortes sediados em países centrais.

Assim, a incorporação dos países semiperiféricos no sistema capitalista mundial é inevitavelmente deformadora e/ou mesmo bloqueadora do seu desenvolvimento, colocando-se pertinente a questão de saber qual será a melhor estratégia: pugnar por novo modelo político europeu, permanecer dependente ou sair, enfrentar o choque e tentar uma via de superação, procurando outros aliados dentro e fora da Europa.

---

<sup>4</sup> O epíteto de ‘porcos’ (*pigs*) é dado pelo acrónimo PIGS identificador das iniciais de Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha (Portugal, Ireland, Greece and Spain).

Hoje, nos países da União Europeia e noutros países centrais, diminuindo as oportunidades de investimento e agravando-se as condições das classes trabalhadoras e sobretudo o desemprego, podemos inferir que a única maneira de evitar a queda da taxa de lucro e a degradação das condições de vida é respectivamente procurar alternativas de investimento nos países da (semi)periferia e escoar para estes os seus próprios produtos. Tal obriga a controlar os mercados, dando lugar não só à exploração da mão-de-obra dos povos mais vulneráveis mas também a uma luta entre blocos capitalistas sobre o acesso e a conquista das matérias-primas e o controlo desses mercados, criando-se condições de agravamento e tensão entre países capitalistas. As classes trabalhadoras dos países centrais oscilam entre a solidariedade com os povos do sul e a estratégia de retirar algum benefício das estratégias hegemónicas das suas burguesias e eventual menor agravamento dos efeitos da crise.

Mas o que está em causa, como dizem Petras (2002), Petras e Veltmeyer (2003) e Ribeiro (2010: 04), não são apenas interesses do Império como um fenómeno pós-imperialista de poder disperso e diluído, como diriam Hardt e Negri (2000), mas interesses imperialistas, sejam eles norteamericanos, japoneses, chineses ou europeus e suas respectivas estratégias ofensivas ou contraofensivas. O que está em causa não são 'Estados sem poder', como ainda diriam Hardt e Negri (2000), mas a convivência dos respectivos Estados com esses interesses imperialistas, como nos mostram as recentes políticas militaristas expansionistas unilaterais de Bush nos Estados Unidos (Iraque, Afeganistão) ou, mais recentemente, as atitudes de neocolonialismo interno na Europa por parte do capital financeiro mediado por alguns governos como o de Merkel na Alemanha.

Por fim, o mais preocupante para quem assume uma posição crítica de esquerda é a crise da própria esquerda, incapaz de encontrar plataformas de saída para o combate aos gestores da crise, mantendo-se cada um acantonado no seu 'partido', no seu 'bloco', quando a crise é global e sistémica e a ofensiva afecta a grande maioria da população.

## CONCLUSÃO

A lógica de acumulação e expansão do capital não é, como referi, sinónimo de desenvolvimento. A actual crise é uma crise provocada pelas contradições da estrutura e dinâmica do capitalismo, cujos custos de «ajustamento» recaem sobre as classes trabalhadoras e outras camadas mais vulneráveis. As respostas dadas são resultantes dos modelos de crescimento e/ou desenvolvimento apontadas: enquanto a teoria do crescimento identifica(va), em termos positivos e optimistas, progresso com crescimento e as teorias neoinstitucionais pugna(va)m por programas de reformas sociais para colmatar as deficiências das teorias do crescimento e da modernização, uma terceira posição — a (neo)marxista — equaciona(va) o progresso em termos de mudança revolucionária, única via de realizar plenamente a democracia económica e política, o que significa enquadrar os problemas de desenvolvimento num contexto histórico e político.

Embora com diferentes tonalidades ou mesmo ambiguidades, vários autores têm avançado, de modo contrastante ou complementar, o chamado modelo territorialista ou de desenvolvimento local, que se pretende como proposta alternativa, nomeadamente quer em relação

ao paradigma estrutural-funcionalista e correlativa teoria neoliberal da modernização, quer em relação à teoria do centro-periferia de inspiração marxista, podendo representar o afrouxamento do carácter excessivamente externalista e determinista na modelação e na constelação das diferenciadas formações sociais (semi)periféricas, refinando assim a teoria do centro-periferia.

Se uma perspectiva do desenvolvimento local desligada do contexto global é hoje não só impensável como ilusória, a concepção centrada na teoria do centro-periferia e da dependência contém contornos de determinação a partir do exterior que é susceptível de desembocar numa certa posição expectante e, não raro, objectivamente fatalista, ainda que crítica, face à possibilidade de diminuir, em particular nalgumas sociedades actuais, certas assimetrias, graus de pobreza e exclusão social a nível mundial, nacional, regional e local. Se, por um lado, convém não cair em perspectivas localistas irrealistas, por outro, importa evitar teorias de longo alcance mas inoperantes e até desmobilizadoras a curto-médio prazo, sendo de recomendar teorias de médio alcance advogadas por Merton (1968), sem levar agora em linha de conta os pressupostos estruturo-funcionais, ainda que relativos, deste autor.

As actuais condições históricas do capitalismo global vêm transcendendo os Estados-Nação e ferindo gravemente a capacidade de decisão soberana em várias esferas: económica, financeira, social e política. Os movimentos do capital financeiro e a actual situação de luta intercompetitiva entre países e blocos são susceptíveis de provocar novas crises económicas e confrontos sócio-políticos, cujo desenlace é incerto.

As perspectivas da construção de outra globalização só serão possíveis a partir de concretização de algumas condições básicas, como refere Samir Amin (2002: 21 ss.), a saber, o desarmamento em termos de armas nucleares, a existência de um sistema fiscal global, o controlo progressivo e posterior abolição dos monopólios, a democratização política e cultural, objectivos aparentemente inalcançáveis. Mas que fazer a curto e médio prazo?

Algumas medidas poderiam ser propostas ainda no quadro das actuais instituições supraestatais europeias e mundiais: a obrigatoriedade de pagamento da taxa Tobin sobre os dividendos das transacções; o «perdão» parcial ou total das dívidas por parte de países sem condições para as pagar, aliás causadas, em grande parte, por juros excessivamente altos; o incremento de formas de democracia associativa e participativa em complementariedade com a democracia representativa.

Do ponto de vista político, as esquerdas, a nível quer nacional quer europeu, terão de agregar-se e, senão fundir-se, encontrar plataformas e coligações de luta comum em termos eleitorais, nos velhos e novos movimentos sociais. Só governos de esquerda poderão proporcionar as condições para encetar uma política económica que combata a crise e escrutine a dívida — distinguindo a legítima da ilegítima —, travando a privatização de empresas públicas e estimulando o investimento público, potenciando o aproveitamento dos recursos nacionais, regionais e locais na agricultura e nas pescas, na indústria e nos serviços.

Se as forças de esquerda — e aqui incluo não só os partidos comunistas, verdes e outros blocos de esquerda numa plataforma com renovados partidos socialistas ou social-democratas — não conseguirem travar o aprofundamento e descontrolo da crise e eventual desagregação a nível nacional, europeu e internacional, não é de excluir uma nova e mais profunda regressão económica, social e política de consequências imprevisíveis, porventura bárbaras. A tarefa de constituir alternativas é enorme mas valerá por certo a pena.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARO, R. (1991), «Lógicas de espacialização da economia portuguesa», in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 10: 161-182.
- AMIN, S. (1976), *L'imperialisme et développement inégal*, Paris, Minuit (em inglês: *Imperialism & Unequal Development*. Sussex, The Harvester Press, 1977).
- (2002), *Capitalismo na era da globalização*, Lisboa.
- ARRIGHI, G. (1971), «The Relationship between the Colonial and the Class Structures: A Critique of A. G. Frank's Theory of the Development of Underdevelopment», in *International Symposium on Imperialism - Its Place in Social Science Today*, Dinamarca, Elsinore.
- BAILLY, A. (1999), «Le développement local: un choix de société», in C. Cavaco (org.) *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- BARAN, P. e SWEETZ, P. [1970 (1966)], *O capitalismo monopolista*, Rio de Janeiro, Zahar.
- BRENNER, R. (1977), «The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo Smithian Marxism», in *New Left Review*, 104.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. (1970), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- CRISTÓVÃO, A. *et al.* (1994), «Practises of endogenous development in Barroso, Northern Portugal», in J. D. van der Ploeg (org.), *Born from within: practise and perspectives of endogenous rural development*, Assen, Van Gorcum.
- DAHL, R. (1989), *Democracy ants its Critics*, New Haven e Londres, Yale University Press.
- DELGADO, M. (2011), *El espacio público como ideologia*, Madrid, Catarata.
- FELIZES, J. e SILVA, M. C. (2002) «O desenvolvimento regional e local: da crítica ao modelo neoliberal ao refinamento do modelo centro-periferia», in *Cadernos Municipais*, 14/16: 101-114.
- FIGUEIREDO, A. M. e COSTA, C. S. (1982), *Do subdesenvolvimento. Vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito*, Porto, Afrontamento.
- FORTUNA, C. (1987), «Desenvolvimento e sociologia histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia», in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 3: 163-193.
- FRANK, A. G. (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- (1968 [1967]), *Capitalisme et sous-développement en Amérique Latine*, Paris, Maspero.
- (1971 [1966]), *Sociología del desarrollo y sudesarrollo de Ia sociología. El desarrollo del sudesarrollo*, Barcelona, Anagrama.
- FUCKS, Y.(1974), *A cooperação: ajuda ou neocolonialismo?*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FURTADO, C. (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- GIMÉNEZ, M. del M. G. (1996), «La red social como elemento clave del desarrollo local: el caso de los programas Leader de Castilla y Leon», in *Actas III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

- HABERMAS, J. (1990), *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa, Dom Quixote.
- HARDT, M. e NEGRI, A. (2000), *Empire*, Cambridge, Harvard University Press.
- HOSELITZ, B. F. (1960), *The Sociological Aspects of Economic Growth*, Chicago, Free Press, Illinois, The Free Press of Glencoe.
- LACLAU, E. (1971), «Feudalism and Capitalism in Latin America», in *New Left Review*, 67: 19-38.
- LENIN, V. (1971), *Imperialismo, estágio supremo do capitalismo*, Lisboa, Nosso Tempo.
- LONG, N. (1977), *Introduction to the Sociology of Rural Development*, Wageningen, Holanda.
- LOPES, A. S. (1980), *Desenvolvimento regional. Problema, Teoria, Modelos*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOWE, P., MURDOCH, J. y WARD, N. (1997), «Redes en el desarrollo rural: más allá de los modelos exógenos y endógenos», in *Agricultura y Sociedad*, 82.
- LUXEBURG, R. (1967), *La acumulación del capital*, México, Grijaldo.
- MARX, K. [1974 (1867)], *O Capital*, Lisboa, Delfos.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1972 [1846]), *De Duitse Ideologie I*, Nijmegen, SUN.
- MERTON (1968), *Social Theory and Social Structure*, Nova Iorque, Free Press.
- MYRDAL, G. (1970), *The Challenge of World Poverty*, Londres, Allen Lane.
- (1974 [1957]), *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, Edição Paz e Terra.
- NEGRI, T. (2002), «Império e multidão na guerra», in *O Império em Guerra: o mundo depois do 11 de Setembro*: 175-180, Porto, Campo de Letras.
- PARSONS, T. (1988 [1951]), *El sistema social*, Madrid, Alianza Editorial.
- (1964), «Evolutionary Universals of Society», in *The American Sociological Review*, 29: 339-357.
- PETRAS, J. (2002), «A Rose by Any Other Name? The Fragrance of Imperialism», in *Journal of Peasant Studies*, 29, 2.
- PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (2003), *Un sistema en crisis. La dinámica del capitalismo de libre mercado*, Buenos Aires, Lumen México.
- PÉREZ-YRUELA, M. et al. (1994), «Desarrollo local y desarrollo rural: consideraciones teóricas», in *Fórum*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER).
- PREBISCH, R. (1963), *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.
- RAMONET, I. (2000), *A tirania da comunicação*, Porto, Campo de Letras.
- REIS, J. (1988), «Território e sistemas produtivos locais», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25-26: 127-141.
- (1994), «O desenvolvimento local é possível?», in M. B. Moreira (org.), *O desenvolvimento local é possível?*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 3-16.
- RIBEIRO, F. B.. (2010), *Entre Martelos e Lâminas. Dinâmicas Globais, Políticas de Produção e Fábricas de Caju em Moçambique*, Porto, Afrontamento.
- RODRÍGUEZ-VILLASANTE PRIETO, T. (1998), *Quatro redes para mejor-vivir, I e II*, Buenos Aires, Editorial Lumen-Humanitas.
- ROSTOW, W. W. (1960), *Las etapas del crecimiento económico*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

- SANTOS, B. de S. (1985), «O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português», in *Análise Social*, XXI (87, 88, 89), 869-901.
- SCHIAVO-CAMPO, S. e SINGER, H. W. (1970), *Perspectives of Economic Development*, Boston e Nova Iorque, Houghton Mifflin Company.
- SCHOLTE, J. A. (2000), *Globalization: a critical introduction*, New York, St. Martin Press.
- SEERS, D. (1969), «The meaning of Development», in *International Development Review*, II: 2-6.
- SEN, A. K. (1999), *Development as Freedom*, Oxford, Oxford University Press.
- SILVA, M. C. (1989), «Economia, Campesinato e Estado Novo», in *Ler História*, 15: 111-155.
- (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Afrontamento.
- (2005), «Globalização, Informação e Direito de Escolha», in A. L. Lúcio, *Congresso da Cidadania, Autonomias, Globalização e Conhecimento*, Ponta Delgada, Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores.
- STÖHR, W. (1981), «Development from Below: The Bottom-up and Periphery — Inward Development Paradigm», in W. Stöhr e D. Taylor (orgs.), *Development from Above or Below?*, Nova Iorque, John Wiley & Sons.
- SWEEZY, P. e BETTELHEIM, Ch. (1973), *Algunos problemas actuales del socialismo*, Madrid, Siglo XXI.
- TIPPS, D. C. (1973), «Modernization Theory and Comparative Study of Societies: A Critical Perspective», in *Comparative Studies in Society and History*, 15: 199-226.
- VAN DER PLOEG, J. D. (1994), *Born from within. Practices and Perspectives of Endogenous Development*, Holanda, Assen, Van Gorcum.
- WALLERSTEIN, I. (1974), *The Modern World System*, Nova Iorque, Academic Press.
- (1974a), «The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for a Comparative Analysis», in *Comparative Studies in Society and History*, 16(4): 387-415.
- (1990), «Culture as Ideological Battleground of the Modern World-System», in M. Featherstone (org.), *Global Culture*, 31-56, Londres, Sage.
- WEBER, M. (1978), *Economy and Society*, California, University of California Press.
- WENT, R. (1996), *Grenzen aan globalisering?*, Amsterdam, Het Spinhuis.

**Carlos Silva** es doctor por la Universidad de Amesterdão en Ciencias Sociales y Política. Catedrático y director del Centro de Investigación en Ciencias Sociales (CICS) de la Universidad de Minho. Distinguido con el Premio Sedas Nunes por la obra *Resistir e Adaptar-se* (1998, Afrontamento) sobre el campesinado. Ha publicado sobre las diferencias entre lo rural-urbano, el desarrollo y las desigualdades sociales (de clase, étnicas y de género). Fue presidente de la Asociación Portuguesa de Sociología (2010-2012).